



remaea

Análise da participação social na elaboração de planos de manejo em unidades de conservação, sob a óptica da educação ambiental

Mariane de Araujo¹

Universidade Estadual do Centro-Oeste

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1396-9246>

Ana Lúcia Suriani Affonso²

Universidade Estadual do Centro-Oeste

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8220-7045>

Resumo: A Educação Ambiental (EA) é um campo do conhecimento capaz de auxiliar na construção de planos de manejos de Unidades de Conservação (UCs). Ao utilizar o seu viés crítico, dialógico e emancipatório podemos dispor de atividades de EA, que fomentem a participação social de diversos atores na gestão participativa dessas áreas protegidas. Diante deste contexto, o objetivo da presente pesquisa foi diagnosticar, por meio de uma pesquisa bibliográfica exploratória, como ocorre esta participação em relação a elaboração e implementação de planos de manejo de UCs brasileiras. Realizamos uma análise em uma base de dados de pesquisas científicas e em uma revista específica da área de EA e, percebemos que no Brasil, a EA é pouco utilizada como um subsídio para promover a participação social nas tomadas de decisões, quando pensamos em manejo e gestão de UCs.

Palavras-chave: Áreas de preservação. Educação ambiental crítica. Gestão participativa.

Análisis de la participación social en el desarrollo de planes de manejo en áreas protegidas, desde la perspectiva de la educación ambiental

Resumen: La Educación Ambiental (EA) es un campo de conocimiento capaz de ayudar en la construcción de planes de manejo de Áreas Protegidas (AP). Utilizando su sesgo crítico, dialógico y emancipatorio, podemos tener actividades de EA que incentiven la participación social de los diferentes actores en el manejo participativo de estas áreas protegidas. En este contexto, el objetivo de esta investigación fue diagnosticar, mediante una investigación bibliográfica exploratoria, cómo se da esta participación en relación a la elaboración e implementación de los planes de manejo de AP brasileñas. Realizamos un análisis en una base de datos de investigación científica y en una revista específica en el área de EA, y nos dimos cuenta que en Brasil, EA se utiliza poco como subsidio para promover la participación social en la toma de decisiones, cuando pensamos sobre gestión de AP.

Palabras-clave: Áreas de preservación. Educación ambiental crítica. Administración participativa.

¹ Graduada em Ciências Biológicas e mestranda no Programa de Pós-graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática pela Universidade Estadual do Centro-Oeste. Email: marianedearaujo60@gmail.com

² Doutora em Ciências pela UFSCar e professora do Departamento de Ciências Biológicas e do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Naturais e Matemática da Universidade Estadual do Centro-Oeste. Email: analuciabio@gmail.com

Analysis of social participation in the development of management plans in protected areas, from the perspective of environmental education

Abstract: Environmental Education (EE) is a field of knowledge capable of assisting in the construction of management plans for Protected Areas (PA). By using its critical, dialogical and emancipatory bias, we can have EE activities that encourage the social participation of different actors in the participatory management of these protected areas. In this context, the objective of this research was to diagnose, by means of an exploratory bibliographic research, how this participation occurs in relation to the elaboration and implementation of management plans in Brazilian PA. We performed an analysis in a search database for scientific research and in a specific journal in the area of EE, and we realized that in Brazil, EE is uncommonly used as a subsidy to promote social participation in decision making, when we think about management of PA.

Keywords: Preservation areas. Critical environmental education. Participative management.

Introdução

Diante da crise socioambiental e das mudanças climáticas recorrentes, existem diversas problemáticas que perpassam estes assuntos como perda florestas, redução da biodiversidade, desigualdade social, crescimento populacional, impactos causados pelos meios de produção e consumo, crise hídrica e uso indiscriminado de agrotóxicos (ZULAUF, 2000; LEAL; FARIAS; ARAÚJO, 2008). Desta forma, observamos que a conservação do ambiente natural incluindo seus aspectos físicos, químicos e biológicos se torna essencial nas sociedades contemporâneas. Entretanto, as ações estritamente conservacionistas geralmente não consideram outras dimensões do ambiente, como sociais, políticas e culturais, que são consideradas dimensões indissociáveis e necessárias para o enfrentamento das problemáticas vivenciadas (TEIXEIRA; ALVES, 2015). Assim, torna-se necessário a prática de atividades que incorporem as diferentes responsabilidades dos atores sociais envolvidos na crise socioambiental (LAYRARGUES, 2018), visto que estas responsabilidades se diferenciam em relação aos aspectos econômicos e políticos ocupados por cada grupo social.

A Educação Ambiental (EA) é considerada um campo do conhecimento, capaz de resgatar valores perdidos historicamente na relação entre a sociedade e o ambiente, evidenciando a necessidade de mudanças de condutas por parte de todos os indivíduos (MAIA, 2015). Desta forma, a EA busca agir sobre a crise socioambiental, trazendo consigo a necessidade de focalizar a forma histórica com que nos relacionamos com o ambiente, a fim de problematizar essa relação (INOCÊNCIO, 2012). Uma das maneiras de se potencializar o processo de resgate de valores sociais frente aos problemas socioambientais, seria a utilização de espaços naturais, como áreas de preservação, que são circundados e constituídos por processos históricos, culturais, sociais e políticos.

Com o intuito de garantir práticas de EA no país, foram implementadas políticas que preconizam a EA crítica. Dentre estas, se destacam a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), que considera a EA indissociável da Educação, devendo estar inserida em contextos formais e não formais (BRASIL, 1999). Em 2012, por meio da Resolução Nº 2, foi implementada a lei de Diretrizes Curriculares Nacionais para a EA, preconizando a EA crítica como forma de explorar questões socioambientais de ordem complexa e interdisciplinar no âmbito do ensino formal (BRASIL, 2012). A criticidade que permeia essa política pública pode influenciar os diálogos que ocorrem por exemplo nas questões da gestão pública de Unidades de Conservação (UCs) (LAYRARGUES; LIMA, 2014; QUINTAS, 2006).

As UCs são áreas protegidas, que buscam conservar a diversidade biológica e cultural de um determinado ambiente (DUDLEY; PHILLIPS, 2006). No Brasil estas áreas são asseguradas pelo poder público por meio da Lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), na qual constam os critérios e normas para a criação, implantação e gestão das UCs (BRASIL, 2000). As diretrizes que norteiam esta lei fazem referências à participação social local desde a criação de uma UC, até sua implementação e posterior gestão, bem como o fomento de atividades de pesquisa, turismo ecológico e EA. Assim, torna-se evidente a necessidade da interação de todas as questões citadas anteriormente, principalmente quando pensamos em atividades que irão compor o manejo e a gestão de uma UC.

Uma das atividades determinantes e que necessita da participação social local é a elaboração dos planos de manejo de UCs. Esta ferramenta tornou-se obrigatória na implementação de UCs no nosso país. Segundo o SNUC, o plano de manejo consiste em:

Documento técnico mediante o qual, com fundamento nos objetivos gerais de uma unidade de conservação, se estabelece o seu zoneamento e as normas que devem presidir o uso da área e o manejo dos recursos naturais, inclusive a implantação das estruturas físicas necessárias à gestão da unidade (BRASIL, 2000).

Do mesmo modo, os documentos oficiais, constituintes do plano de manejo, também demandam de um grupo formado por diversos atores sociais, denominado Conselho Gestor. De acordo com o SNUC (BRASIL, 2000), toda UC deverá possuir um Conselho formado por representantes do órgão responsável pela administração, representantes de órgãos públicos, da sociedade civil e da população residente.

A participação de diferentes atores fortalece a gestão participativa nos conselhos das UCs e, estes conselhos gestores atuarão como um espaço para redistribuição do poder nas decisões sobre as questões de interesse público. Porém, vale a pena ressaltar que nem sempre a existência de um conselho em políticas públicas garante a redistribuição do poder e a participação social nas decisões (DAGNINO, 2004; BEZERRA *et al.*, 2018).

A partir do exposto acima, percebemos que não basta conhecer os problemas socioambientais que nos cercam e suas consequências, mas sim, buscar ações que sejam efetivas e que engajem pessoas e comunidades na transformação de sua realidade local, visando também uma transformação social e ambiental. Portanto, consideramos a implantação e gestão de UCs, ações importantes na manutenção de serviços ecossistêmicos fornecidos, na conservação da biodiversidade e na melhoria da qualidade de vida das pessoas, que vivem próximas a estas áreas. Porém, existem evidências de fragilidades e diferentes problemáticas que envolvem as UCs, como a desapropriação de terras, deslegitimação de saberes e não envolvimento da comunidade em seu sistema de gestão, de forma democrática desde o início de sua criação (ARRUDA, 1999; CARREGOSA; CUNHA; KUNHAVALIK, 2015).

Acreditamos que a EA crítica seja capaz de auxiliar e aproximar a comunidade das tomadas de decisões, principalmente no âmbito de UCs, pois ao utilizar uma abordagem crítica, democrática e dialógica, é necessário o envolvimento de pessoas, considerando-se os seus contextos políticos e sociais, que possibilitará uma gestão de forma conjunta (LOUREIRO; CUNHA, 2008). Esta constatação nos levou a um questionamento: será que a comunidade realmente está sendo incluída nos processos decisórios relacionados a UCs no Brasil?

Desta forma, esta pesquisa objetivou compreender como ocorre o envolvimento e participação social na construção dos planos de manejo e na gestão das UCs, sob um olhar da EA crítica e que são relatados no âmbito acadêmico. Além disso, pretendíamos identificar se a participação social estava acontecendo de forma democrática, e se os princípios da EA crítica estavam sendo praticados durante a construção e implantação de planos de manejo de UCs.

A seguir, iremos expor alguns aspectos teóricos que consideramos importantes para contextualizar a relação existente entre a participação social e popular e a construção, implantação e gestão de UCs no Brasil.

Unidades de Conservação

As UCs são áreas de preservação e conservação ambiental que objetivam assegurar o uso racional dos recursos naturais, além de proteger saberes e culturas de povos e agregar valor à sociodiversidade (PAZ; FREITAS; SOUZA, 2006). A primeira área protegida regulamentada por lei e com o objetivo de preservação localiza-se nos Estados Unidos, o Parque Nacional de Yellowstone, que foi implementado no final do século XIX, em 1872 (ARAÚJO, 2007; WITT; LOUREIRO; ANELLO, 2013).

No Brasil, as intenções de delimitar áreas para a proteção acontecem no início do século XIX, por meio de manifestações de José Bonifácio, naturalista, que acreditava na criação de estratégias para melhor utilização dos recursos naturais (ARAÚJO, 2007). Porém, os registros apontam, que as primeiras UCs do Brasil foram: o Parque Nacional de Itatiaia em 1937, o Parque Nacional do Iguaçu e o Parque Nacional Serra dos Órgãos em 1939 (TOZZO; MARCHI, 2014).

Desde a implantação destas UCs tivemos diversos avanços, e um dos marcos mais importantes foi a criação do SNUC. Ele divide as UCs em doze categorias, que são classificadas em dois grandes grupos, levando em consideração características específicas: proteção integral e uso sustentável. As UCs de proteção integral, objetivam manter os ecossistemas sem qualquer tipo de interferência humana, sendo permitidos apenas ações de uso indireto da natureza, enquanto que as de uso sustentável visam unir a conservação da natureza e o uso sustentável dos recursos naturais (BRASIL, 2000).

O SNUC além de proporcionar critérios para criação e gestão das UCs, traz em suas diretrizes a participação social como algo importante para sua administração, bem como ações que promovam a educação e interpretação ambiental (BRASIL, 2000).

A EA em UCs é conduzida pelos educadores, utilizando diferentes abordagens e concepções pedagógicas, políticas, de ambiente e de sociedade (LAYRARGUES, LIMA, 2013). E por mais que avanços sejam observados, as ações de EA na prática, muitas vezes, não se aproximam dos objetivos previstos em um processo educativo, pois usualmente são atividades contemplativas e pontuais, que não envolvem o participante, não o estimula a refletir sobre as problemáticas ambientais e não integram a comunidade na gestão de uma UC (WITT; LOUREIRO; ANELLO, 2013). Dessa forma, elas carecem de criticidade para as problemáticas impostas e não permite a sua superação.

Participação Social na Gestão de UCs

A participação social na política e na gestão de UCs no Brasil é assegurada por lei em documentos oficiais como o SNUC (BRASIL, 2000), e também pelo Decreto que institui o Plano Estratégico Nacional de Áreas Protegidas (PNAP) (BRASIL, 2006), no qual nos mostra em seu XX princípio que deve haver a “promoção da participação, da inclusão social e do exercício da cidadania na gestão das áreas protegidas, buscando permanentemente o desenvolvimento social, especialmente para as populações do interior e do entorno das áreas protegidas” (BRASIL, 2006).

Além da participação social ser pré-requisito na gestão, ela se torna importante, especialmente nas UCs, onde comunidades são afetadas diretamente. Infere-se que quando sistemas de gestão não envolvem as comunidades próximas, suas ações não são capazes de sustentar as diferentes percepções locais, resultando em pressões maiores na área de preservação e acarretando em um processo inverso ao de conservação (ARRUDA, 1999).

Ao abordar a gestão participativa, é necessário haver também uma democracia participativa, sendo esta, um princípio da administração pública. Para alcançá-la de maneira efetiva, deve haver a substituição das imposições com perfil tecnocrata por uma visão sociotécnica (MACHADO, 2003). Na visão sociotécnica são legitimados os conhecimentos de populações tradicionais e comunidades, que fazem parte do ambiente em questão e, ao gerir uma área, deve haver a proposição da ampliação de novos padrões e responsabilidades, que usualmente são concentradas nas mãos de órgãos específicos (MACHADO, 2013).

O SNUC determina a importância da criação de conselhos gestores como um fórum para debater questões políticas e prioridades relacionadas à gestão de determinada área (BRASIL, 2000). Aos conselhos gestores são estabelecidas ações críticas, fiscalizadoras e consultivas durante o andamento das atividades de gestão das UCs, se propondo também a construção e implementação do plano de manejo, que propiciará o empoderamento da comunidade envolvida, por meio da partilha de conhecimentos (BRASIL, 2000; PERNAMBUCO, 2013). Demonstra-se a necessidade de gestões inclusivas, que promovam engajamento social e integração econômica das comunidades que circundam as UCs, visto que estas ações políticas fazem parte da transformação societária (LOUREIRO, 2008) e podem contribuir para diminuir as problemáticas socioambientais.

Revisitando a EA no Brasil e as suas macrotendências

A Educação Ambiental no Brasil apresenta um histórico de grandes avanços. Ela surge no final do século XX, em um contexto de crise ambiental (LAYRARGUES; LIMA, 2014) e, a partir deste momento, foram sancionadas diversas políticas públicas para a sua promoção e implementação nos diferentes espaços, como a Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, a qual dispõe sobre a EA e institui a Política Nacional de EA. Ela traz em seu artigo 23º que “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal” (BRASIL, 1999).

Por todo o histórico de transformações da EA, e por ser um campo institucionalizado, ela possui desafios e diferentes concepções político-pedagógicas, que implicam em diferentes abordagens teóricas e práticas no processo educativo (LAYRARGUES; LIMA, 2014). As práticas de EA podem ser divididas em dois grandes grupos: baseadas em ações que causam alguma transformação social ou individual, sendo essas consideradas emancipatórias, críticas e transformadoras, caracterizada principalmente pela politização e não dualismo entre a relação sociedade e ambiente (LOUREIRO, 2004); e ações superficiais, que não auxiliam no processo de autonomia dos indivíduos e que não resultarão em uma mudança social, se propondo apenas a reformas setoriais. Nesta segunda, não se considera os problemas socioambientais dentro de um contexto histórico, político, econômico, social e cultural, bem como não extrapolam para questões de divisão de classes ou desigualdades (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013).

Mesmo havendo políticas públicas voltadas para a conservação, que descrevem que as ações de EA devem acontecer de forma crítica, estas também demonstram a urgência em se trabalhar a EA, pois muitas vezes, o que se observa é uma educação tradicional e conservadora, baseada na transmissão de conteúdo e ações isoladas destinadas a eventos comemorativos (NETO; AMARAL, 2011). Ações estas muitas vezes ineficazes, pois não priorizam a EA crítica e não visam a transformação da sociedade e da realidade, conforme sugerem Teixeira e Alves (2015).

Neste trabalho, utilizaremos as abordagens apresentadas por Layrargues e Lima (2014), que evidenciam três macrotendências político-pedagógicas da EA, divididas em: Conservadora, Pragmática e Crítica.

A Conservadora se baseia na sensibilização dos envolvidos, e traz questões como “conhecer para amar, e amar para preservar” (LAYRARGUES; LIMA, 2014, p. 27), e são baseadas no contato próximo com a natureza. As ações desenvolvidas nessa abordagem são consideradas superficiais e tratam apenas das ações individuais e comportamentais, e desconsideram qualquer aspecto social, histórico ou econômico, culpabilizando o ser humano como o principal causador da crise ambiental (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Essa macrotendência segue os padrões da educação tradicional, como caracteriza Paulo Freire (1987, p.32) na “educação bancária”, que é baseado na transmissão de maneira unidirecional, sendo que o professor assume um papel de transmissor do conteúdo e o aluno passa a ser o receptor do conhecimento (FREIRE, 1987).

A Pragmática se relaciona primariamente em práticas educativas que se preocupam com os resíduos sólidos, e após os anos 90 começa a tratar também das responsabilidades individuais associadas ao consumo, porém, assim como a conservadora, desconsidera a dimensão social, econômica e histórica e o contexto em que seus indivíduos estão envolvidos (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Na macrotendência pragmática tem-se uma visão do ambiente como um recurso finito, que está à disposição do homem e o desconsidera da complexa teia existente. Ainda, são levadas em consideração outras duas características: a ausência de reflexão para o real entendimento do problema, e a implementação e divulgação de ações visando um mundo sustentável (LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Percebemos que as duas macrotendências supracitadas convergem em certos pontos, uma vez que ambas não questionam a organização social e modos de consumo e produção e, conseqüentemente, não visam a transformação. É importante esclarecer que questões sobre preservação, conservação, resíduos sólidos, qualidade das águas, não devem ser desconsideradas, mas apenas o panorama reducionista não confere uma educação transformadora.

A macrotendência crítica, nos diz que é necessário lutar por uma nova sociedade não se limitando a reformas setoriais, e isso vai além do que apenas transformar a relação entre o ser humano e o ambiente, pois a renovação visada deve ser capaz de transformar a sociedade em diversos âmbitos como o conhecimento, instituições, relações sociais e políticas, além dos valores éticos e culturais, que como sabemos foram deixados de lado. Por meio das

transformações multidimensionais deve-se incorporar os aspectos políticos, os meios de produção e consumo no debate ambiental, bem como fomentar a reflexão sobre como a relação entre o ser humano e a natureza é influenciada pelos aspectos socioculturais (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013; LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Essa macrotendência como abordagem pedagógica problematiza a organização social e sua ação no ambiente. E por esse motivo não possibilita a indissociação dos conflitos sociais que permeiam a crise ambiental, pois esta se origina do modelo social, de desenvolvimento e das relações sociais (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013; LAYRARGUES; LIMA, 2014).

Dessa forma, a prática da EA crítica deve seguir pelo menos três situações pedagógicas, sendo a primeira, analisar de forma complexa a realidade para que se possa questionar, de forma que envolvam questões políticas e sociais que ocasionam os problemas de desigualdade e conflitos ambientais que encontramos nos dias de hoje; a segunda situação é cativar a autonomia e liberdade dos indivíduos frente às situações de opressão; e a terceira é incentivar a transformação do padrão de sociedade que vivemos, pois ele determina as ações de degradação ambiental (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013).

Procedimentos metodológicos

Trata-se de uma pesquisa quali-quantitativa, pois “interpreta as informações quantitativas por meio de símbolos numéricos e os dados qualitativos mediante a observação, a interação participativa e a interpretação do discurso dos sujeitos” (KNECHTEL, 2014, p. 106). Além disso, é uma pesquisa de cunho exploratório, que segundo Gil (2008, p. 27) “têm como principal finalidade desenvolver, esclarecer e modificar conceitos e ideias, tendo em vista a formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para estudos posteriores”. Esta metodologia de pesquisa pode ser aplicada em situações, em que o assunto é pouco explorado, e ao final da pesquisa tem-se o problema mais claro, permitindo investigações posteriores de maneira mais sistematizada (GIL, 2008).

O levantamento bibliográfico foi realizado por meio da investigação de artigos que relacionassem UCs, planos de manejo, participação social e EA. Ela ocorreu em uma plataforma de dados científicos, o Periódicos CAPES, e na Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental - REMEA. A escolha destas duas plataformas foi motivada pela primeira ser uma plataforma mais ampla para pesquisas científicas, enquanto a segunda, um periódico

específico do campo de conhecimento da EA. Não foi determinado um período para a realização destas pesquisas.

Foi utilizado a ferramenta de pesquisa específica, disponível em ambas as plataformas para encontrar artigos científicos sobre a temática desejada. Selecionamos o termo "plano de manejo" e o associamos com "participação social" e "educação ambiental" durante as buscas realizadas nas duas plataformas (Quadro 1).

Quadro 1 – Descritores utilizados para a pesquisa bibliográfica e o número de artigos encontrados nas plataformas Periódicos CAPES e REMEA.

Descritores	Resultados
Plano de manejo E participação social	Periódico CAPES: 11 REMEA: zero
Plano de manejo E educação ambiental	Periódico CAPES: 53 REMEA: um

Fonte: Autoras (2021)

No total foram encontrados 65 artigos, sendo 11 da associação entre plano de manejo e participação social e 54 da associação entre plano de manejo e EA. Os artigos localizados passaram por uma triagem e leitura inicial, sendo selecionados os que realmente abordavam as temáticas pesquisadas.

Após essa seleção apenas sete estavam de acordo com os critérios e, estes foram analisados e classificados de acordo com as macrotendências da EA, descritas por Layrargues e Lima (2014).

Os artigos foram organizados em tabelas considerando características pertinentes a discussão como: quem foram os envolvidos no processo, a forma da participação social e como ocorreu a atividade de participação. Incluímos também a macrotendência de EA a que cada artigo se enquadrava, após a nossa análise (Tabelas 2 e 3).

Tabela 2 – Artigos encontrados na pesquisa bibliográfica no Periódico CAPES e REMEA considerando os termos "participação social e plano de manejo".

Autores	Envolvidos	Tipo de Participação	Atividade	Macrotendência da EA
---------	------------	----------------------	-----------	----------------------

Bezerra et al. (2018)	Discussão teórica a partir de bibliografia	Conselho gestor e do Plano de Manejo	Importância da participação social na gestão de UCs	Crítica
Loureiro e Cunha (2008)	Discussão teórica a partir de bibliografia	Conselho gestor	Potencial da EA nos conselhos	Crítica
Santos e Oliveira (2020)	Comunidade local	Questionários sobre percepção ambiental	Ausência de participação da comunidade nas atividades de gestão	Crítica

Fonte: Autoras (2021).

Tabela 3 – Artigos encontrados na pesquisa bibliográfica no Periódico CAPES e REMEA considerando os termos “educação ambiental e plano de manejo”.

Autores	Envolvidos	Tipo de Participação	Atividade	Macrotendência da EA
Silva e Fernandez (2017)	Comunidade acadêmica	Criação de materiais didáticos a partir de visita a UC	Criação de material de EA para o parque (gibi, jogos) baseados no plano de manejo	Conservadora
Ansilago et al. (2018)	Comunidade acadêmica	Não há sugestão de como envolver a comunidade	Descrevem a importância da participação social, porém não buscam superar a problemática, além de conscientizar a população	Conservadora
Herculiani et al. (2009)	Comunidade escolar e acadêmica	Descreve a participação social por meio de oficina em anos anteriores	Visitas técnicas ao parque incluindo e análise dos resultados de oficinas para a elaboração do plano de manejo	Conservadora e/ou pragmática
Ramos e Oliveira (2008)	Comunidade acadêmica	Análise crítica do plano de manejo	Análise das ações de EA na teoria e na prática	Crítica

Fonte: Autoras (2021).

Resultados e Discussão

A partir da análise e leitura dos artigos científicos pesquisados, pudemos verificar que existe um número reduzido de trabalhos que relatam como a EA pode ser utilizada para contribuir na construção de planos de manejo e como ela pode ser uma forma de engajar as comunidades na gestão de UCs no nosso país. Os sete artigos selecionados datam a partir de 2008, porém mais da metade foram publicados a partir do ano de 2017, o que demonstra que a discussão aqui apresentada é relevante e atual.

Diante disso, observamos que quando se trata do envolvimento social na gestão participativa em UCs verificamos como referenciais teóricos, os trabalhos de Loureiro e Cunha

(2008), Bezerra et al. (2018) e Quintas (2006). Em sua totalidade, quando se trata de plano de manejo e participação social, todos os artigos encontrados foram baseados em discussões teóricas. Loureiro e Cunha (2008) nos trazem inclusive critérios que podem ser usados como indicadores para o próprio conselho gestor, e que auxiliam na avaliação e na gestão participativa em UCs. Estes indicadores são transformados em cinco itens: Legitimidade para decisão; Eficácia e eficiência dos instrumentos de gestão; Desempenho (efetividade) da gestão; Prestação de contas; Equidade, e devem ser usados como uma forma de auto avaliação (LOUREIRO; CUNHA, 2008).

Quando tratamos da forma que a comunidade participa das vivências em UCs, verificamos que as ações realizadas envolvem a comunidade de uma maneira quase insignificante. As formas de participação relatadas nos artigos encontrados falam de inserir a realidade da comunidade na produção de materiais, respondendo questionários sobre a percepção ambiental, ou usando dados da participação da comunidade em oficinas realizadas em anos anteriores à publicação do artigo. Isto demonstra que a participação da comunidade não possui viés sociotécnico, ou seja, não leva em consideração os conhecimentos das comunidades locais (MACHADO, 2013).

Como consequência da relação estreita e que deve existir entre plano de manejo e participação social, consideramos as práticas atreladas a essa primeira situação como superficiais, já que a única ação de envolvimento social observada neste levantamento ocorreu por meio de um questionário aplicado à comunidade, no qual a mesma respondeu com a finalidade de interpretar as respostas em relação a sua percepção ambiental. O objetivo deste questionário era usar as respostas como subsídios para a elaboração do plano de manejo (SANTOS; OLIVEIRA, 2020). Porém, quando se trata de gestão participativa de UCs devemos extrapolar barreiras, tanto as acadêmicas quanto a de órgãos públicos, para uma construção efetiva de ações e, conseqüentemente, o desenvolvimento de pertencimento e conservação de áreas protegidas.

Para se possuir sucesso na gestão e cumprir com os objetivos de uma UC, que é conservar o patrimônio natural e cultural, é importante que a comunidade do entorno esteja engajada nesse objetivo. Para que possamos dar sentido à participação, é necessário também gerar o sentimento de pertencimento e afetividade com vistas à transformação social e ambiental. A participação, engajamento e diálogos são capazes de gerar a autonomia dos

indivíduos, promover um pensamento crítico e emancipatório, e é por meio dele que uma comunidade pode se desenvolver (FREIRE, 1987). Aspectos como estes implicam diretamente na gestão participativa e democrática de uma UC, já que a sensação de pertencimento ao local e orgulho coletivo pode gerar maior engajamento e participação nos diálogos (CABRAL; BOMFIM; MENESES, 2019). E a partir da EA pode-se promover uma conexão entre humanos e ambiente, deixando de lado o dualismo carregado nessa relação, aumentando assim o grau de mobilização. Podemos então, considerar a noção de pertencimento como uma prática política, que gira em torno da conexão do ambiente com a comunidade, especialmente por meio da gestão participativa (TAMAIIO; LAYRARGUES, 2014).

Em nenhum dos artigos pesquisados foi descrita a participação social como o foco principal das pesquisas, colocando-a como uma forma secundária de participação sem a envolver de fato no processo. Consideramos que a participação social deve ser aprimorada pela necessidade de ampliar a sensibilização e estimular a participação de toda a comunidade, pois o direito ao ambiente é assegurado pela Constituição Brasileira em seu artigo 225º, quando menciona que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”. No mesmo artigo da Constituição, ainda é explicitado a importância das atividades de EA “promover a educação ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente” (BRASIL, 1988).

Percebemos uma relação muito simplista entre as ações de EA e os planos de manejo nas UCs, pois a EA com o seu potencial de transformação e envolvimento, teve suas ações limitadas a práticas conservadoras, como: elaboração de jogos, gibis, ou utilizando oficinas para a construção do plano de manejo, e questionários sobre percepção ambiental (SILVA; FERNANDEZ, 2017; ANSILAGO et al., 2018, HERCULIANI et al., 2009). Mesmo que o intuito fosse promover uma participação social, as ações não envolveram de fato a comunidade, não consideraram os seus conhecimentos e saberes para promoção de uma transformação social da realidade em questão. Apenas um dos artigos avaliou as ações de EA que foram propostas no plano de manejo, constatando-se a diferente realidade das ações de EA desenvolvidas no local (RAMOS; OLIVEIRA, 2008). Este fato demonstra que a EA não está sendo utilizada de forma a superar as problemáticas socioambientais, nem promover transformações sociais.

Observamos que por mais que haja a preocupação em incorporar os aspectos do contexto político, social e cultural das UCs, as ações não foram efetivadas com este viés, evidenciando uma dificuldade de educadores ambientais em incorporar os princípios da EA crítica no seu planejamento e nas atividades práticas desenvolvidas em UCs. Estes resultados corroboram com o que Loureiro (2004) afirma quando relata que as atividades de EA crítica ocorrem em menor frequência quando comparadas às práticas conservacionistas.

Alguns autores discutem sobre a necessidade de se usar a EA durante a gestão participativa, a fim de fomentar a participação social em UCs (QUINTAS, 2006; LOUREIRO, 2004; LOUREIRO et. al., 2005; LOUREIRO e AZAZIEL, 2006). Muitas vezes, as comunidades que residem próximas às áreas de preservação não têm sequer o conhecimento da implementação daquela UC (SANTOS; OLIVEIRA, 2020), exigindo dos gestores o diálogo com os excluídos do processo (CARREGOSA; CUNHA; KUNHAVALIK, 2015).

Mesmo possuindo este conhecimento descrito, diversas práticas realizadas nessas áreas seguem um viés conservador, se pautando em ações isoladas (PEGORARO; SORRENTINO, 1998; LAYRARGUES; LIMA, 2014). Este fato não se diferenciou dos resultados encontrados nesta pesquisa. Percebemos que quando se trata do agir na EA, é muito difícil e dispendioso abrir mão da abordagem e da prática conservadora. Nesse ponto, evidenciamos a necessidade de o educador ambiental superar essa visão, sair de sua zona de conforto e buscar a transformação social e ambiental. Dessa forma, é possível contribuir de fato com o envolvimento da comunidade e engajamento da mesma em ações de gestão participativa e na elaboração e implantação de planos de manejo em UCs. Assim, poderemos agir criticamente na superação das relações sociais e romper padrões societários vigentes, como com os padrões dominadores e de expropriação. Apenas ações com viés simplista das relações sociais sem abranger sua complexidade não promoverão as mudanças desejadas, não irão mobilizar a comunidade com vistas a conservação, muito menos darão subsídios para os agentes sociais alcançarem sua autonomia (LOUREIRO; CUNHA, 2008).

A participação social é um fator determinante na construção de processos, nos quais grupos anteriormente excluídos das tomadas de decisões, passam a ser o centro das discussões, dando visibilidade a possíveis conflitos socioambientais, e que estes sejam enfrentados e superados (LOUREIRO; LAYRARGUES, 2013). Esta informação nos mostra a

urgência do envolvimento real da comunidade nas tomadas de decisões, com vistas a superação de problemáticas socioambientais.

Segundo Loureiro (2004) a EA crítica possui um enfoque emancipatório e, além disso, é múltipla em conceitos e abordagens e criativa no seu fazer pelo país. Devemos utilizar dessa criatividade como forma de incentivar a real participação de todos os atores sociais em processos de gestão em UCs. A EA deve incorporar em seu fazer, questões relacionadas às problemáticas socioambientais e oferecer condições para que os indivíduos envolvidos no processo hajam e possam superar questões impostas a eles historicamente.

Assim, são necessárias ações participativas que realmente envolvam a comunidade que vive no entorno de UCs, ouvir sua voz e suas demandas é essencial para entender seu contexto e suas perspectivas com relação à área de preservação. Este envolvimento deve acontecer em todas as fases de implementação das UCs, em especial na formação e constituição dos conselhos gestores, já que é por meio deles que são tomadas decisões. A EA crítica nos fornece subsídios para esta prática, utilizando os seus princípios dialógicos e participativos, podemos superar a sensação de impotência na tomada de decisões por parte da comunidade. Esse envolvimento com o auxílio da EA pode ser promovido inicialmente por diagnósticos socioambientais e, posteriormente, por meio de uma análise crítica sobre as reais necessidades da comunidade local, que pode acontecer em oficinas e ações que coloquem a comunidade como agentes principais e essenciais. Portanto, é necessário contemplar todas as classes sociais e diferentes faixas etárias para que a comunidade seja atingida como um todo. Desse modo, possibilita-se gerar mudanças significativas na realidade por meio do engajamento, luta, orgulho e sensação de pertencimento àquela terra pela população que ali reside.

Considerações finais

Podemos observar que a EA apresenta um grande potencial para auxiliar no engajamento e oportunizar uma participação mais democrática na elaboração e implementação de planos de manejo e gestão de UCs.

Observamos também a inexistência de trabalhos que demonstrem a importância da EA na construção dos planos de manejo na prática, sendo que a maioria dos trabalhos se baseia no plano de manejo para construir atividades de EA em relação às UCs e à comunidade.

Do mesmo modo, existe a necessidade de convergência de esforços provenientes de diversos setores e atores sociais com o intuito de construir alternativas que favoreçam e permitam de fato a participação de comunidades nas tomadas de decisões. Dessa forma, é possível uma transformação social, e que esta vá ao encontro da conservação da biodiversidade que vem sendo acometida pelo nosso modo de vida.

Acreditamos que com a participação democrática, visões fragmentadas adotadas por muitos processos de gestão serão superadas.

Igualmente importante é a participação da comunidade nos conselhos gestores das UCs. É imprescindível que o mesmo monitore e avalie suas ações com indicadores, para que todas as vozes sejam ouvidas e possam desenvolver os seus próprios mecanismos de avaliação, visto que estas ferramentas podem aprimorar ainda mais os conselhos na gestão das UCs no Brasil.

Evidenciamos novamente a necessidade de maiores esforços por parte dos educadores ambientais, que atuam diretamente na elaboração de planos de manejo, para que novas e diferentes estratégias e ações de EA crítica, possam favorecer e estimular a participação social em relação às UCs brasileiras.

Referências

ANSILAGO, Monica; PEREIRA, Nathaskia Silva; LEMKE, Ana Paula; CARVALHO, Emerson Machado de; Planejamento de atividades de educação ambiental em uma unidade de conservação sob o olhar de acadêmicos de Gestão Ambiental. **Realização**, v. 5, n. 10, p. 19-26, 2018.

ARAUJO, Marcos Antônio Reis. **Unidades de Conservação no Brasil: da República a Gestão de Classe Mundial**. Belo Horizonte. SEGRAC. 272p. 2007.

ARRUDA, Rinaldo. "Populações tradicionais" e a proteção dos recursos naturais em unidades de conservação. **Ambiente & sociedade**, n. 5, p. 79-92, 1999.

BEZERRA, Giannina Settimi Cysneiros Landim; CARVALHO, Renata Maria Caminha Mendes de Oliveira; LYRA, Marília Regina Costa Castro, FRUTUOSO, Maria Núbia Medeiros De Araújo; RODRIGUES, Sofia Suely Ferreira Brandão. Política pública, participação social e gestão de unidades de conservação: novos caminhos para antigos desafios. **HOLOS**, v. 34, n. 6, p. 117-129, 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988.

BRASIL. Decreto nº 5.758 de 13 de abril de 2006. **Plano Estratégico Nacional de Áreas**

Protegidas - PNAP. Brasília, DF, 2006.

BRASIL. Lei n. 9.795 de 27 de abril de 1999. **Política Nacional de Educação Ambiental.** Brasília, DF, 1999.

BRASIL. Lei n. 9985 de 28 de julho de 2000. **Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza.** Brasília, DF, 2000.

BRASIL. Resolução n. 2, de 15 de junho de 2012. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental.** Brasília, DF, 2012.

CABRAL, Daniel Welton Arruda; BOMFIM, Zulmira Aúrea Cruz; MENESES, Renata Cristina Façanha de. Modo de vida comunitário e preservação ambiental: Um estudo sobre a participação social na Prainha do Canto Verde. **Ciência E Sustentabilidade**, v. 5, n. 1, p. 6-27, 2019.

CARREGOSA, Elenice Almeida; CUNHA, Sandra Lúcia da; KUNHAVALIK, José Pedro. Unidade de Conservação e comunidade local: uma relação em construção. **Desenvolvimento e Meio ambiente**, v. 35, p. 305-319. 2015.

DAGNINO, Evelina. Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando? In: MATO, Daniel. (coord.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**, Caracas, Faces, Universidad Central de Venezuela. p. 95-110, 2004.

DUDLEY, Nigel; PHILLIPS, Adrian. **Forests and protected areas: guidance on the use of IUCN protected area management categories.** Gland, Switzerland: IUCN. v. 12, 2006.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido.** 17. ed. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1987.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 6. ed. Editora Atlas SA, 2008.

HERCULIANI, Sueli; ESTON, Marilda Rapp de; ANDRADE, Waldir Joel de; PIMENTEL, Cristiane Incau Pinto. Análise das atividades de educação ambiental realizadas no Parque Estadual Alberto Löfgren. **Revista do Instituto Florestal**, v.21, p. 227-242, 2009.

INOCÊNCIO, Adalberto Ferdnando. Educação ambiental e educação não formal: um estudo de caso na perspectiva de um museu interdisciplinar. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 9 ed., 2012, Caxias do Sul. **Anais...** Universidade de Caxias do Sul, 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/conferencias/index.php/anpedsul/9anpedsul/paper/viewFile/2693/832>. Acesso em: 03 de abril de 2021.

KNECHTEL, Maria do Rosário. **Metodologia da pesquisa em educação:** uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba, Intersaberes, 2014.

LAYRARGUES, Philippe Pomier. Quando os ecologistas incomodam: a desregulação ambiental pública no Brasil sob o signo do Anti-ecologismo. **Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**,

v. 3, n. 5, p. 13-28, 2018.

LAYRARGUES, Philippe Pomier; LIMA, Gustavo Ferreira da Costa. As macrotendências político-pedagógicas da educação ambiental brasileira. **Ambiente & sociedade**, v. 17, n. 1, p. 23-40, 2014.

LEAL, Georla Cristina Gois; FARIAS, Maria Sallydelandia Sobral; ARAÚJO, Aline Farias. O processo de industrialização e seus impactos no meio ambiente urbano. **Qualitas revista eletrônica**, v. 7, n. 1, p. 1-11, 2008.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo. Educação ambiental e gestão participativa na explicitação e resolução de conflitos. **Gestão em ação**. Salvador, v. 7, n. 1, p. 37-50, 2004.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; AZAZIEL, Marcus. Áreas protegidas e “inclusão social”: problematização do paradigma analítico-linear e seu separatismo na gestão ambiental. In: IRVING, Marta de Azevedo (Org.). **Áreas protegidas e inclusão social: construindo novos significados**. Rio de Janeiro, Aquarius, p. 115-129, 2006.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; CUNHA, Cláudia Conceição. Educação ambiental e gestão participativa de unidades de conservação: elementos para se pensar a sustentabilidade democrática. **Ambiente & Sociedade**, v. 11, n. 2, p. 237-253, 2008.

LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Ecologia política, justiça e educação ambiental crítica: perspectivas de aliança contra-hegemônica. **Trabalho, educação e saúde**, v. 11, n. 1, p. 53-71, 2013.

MACHADO, Carlos José Saldanha. Mudanças conceituais na administração pública do meio ambiente. **Ciência e Cultura**, v. 55, n. 4, p. 24-26, 2003.

MAIA, Jorge Sobral da Silva. **Educação Ambiental Crítica e formação de professores**. Appris, Curitiba, 2015.

NETO, Ana Lucia Gomes Cavalcanti; DO AMARAL, Edenia Maria Ribeiro. Análise de concepções e visões de professores de ciências sobre educação ambiental. **Pesquisa em Educação Ambiental**, v. 6, n. 2, p. 119-136, 2011.

PAZ, Ronilson José; FREITAS, Getúlio Luis; SOUZA, Elivan Arantes. **Unidades de conservação no Brasil: História e legislação**. João Pessoa – PB, Editora Universitária, 2006.

PEGORARO, João Luiz; SORRENTINO, Marcos. Programas educativos com flora e fauna (expressões da biodiversidade) e a educação ambiental. **Scientia forestalis**, v. 54, p. 131-142, 1998.

PERNAMBUCO. Secretaria de Meio Ambiente e Sustentabilidade. **Plano de Manejo do Refúgio de Vida Silvestre Mata do Engenho Uchôa**. Recife: SEMAS, 90p., 2013.

QUINTAS, José Silva (Org.). **Pensando e praticando a educação ambiental na gestão do meio**

ambiente. 3 ed. Brasília, Ministério do Meio Ambiente, Ibama, 2006.

RAMOS, Laura Marina Jaime.; OLIVEIRA, Sandra de Fátima. Refletindo a educação ambiental e o ecoturismo: uma análise do plano de manejo do parque estadual da serra de caldas novas/go a partir do programa de uso público. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 21, p. 54-74, 2008.

SANTOS, Kelly Pinheiro dos; OLIVEIRA, Vicente de Paulo Santos de. Percepção ambiental das comunidades ao entorno do parque estadual da Lagoa do Açu/RJ. **HOLOS**, v. 6, p. 1-16, 2020.

SILVA, Eliane Cabral; FERNANDEZ, Pablo Sebastian Moreira. Educação Ambiental no projeto “produção e elaboração de material didático no programa biodiversidade nas Costas–Parna Montanhas do Tumucumaque”. **Revista Cerrados**, v. 15, n. 02, p. 03-20, 2017.

TAMAIIO, Irineu; LAYRARGUES, Philippe Pomier. Quando o parque (ainda) não é nosso. Educação ambiental, pertencimento e participação social no Parque Sucupira, Planaltina (DF). **Revista Espaço e Geografia**, v. 17, n. 1, p. 145-182, 2014.

TEIXEIRA, Catarina; ALVES, Jacqueline Magalhães. Mobilização do conhecimento socioambiental de professores por meio do desenvolvimento de ações para conservação de nascentes urbanas. **Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências**. Belo Horizonte, v. 17, n. 3, p. 769-792. 2015.

TOZZO, Robson Alexandre; MARCHI, Ellenn Christie de. Unidades de conservação no Brasil: uma visão conceitual, histórica e legislativa. **Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade**, v. 7, n. 3, p. 508-523, 2014.

WITT, Julia Rovená; LOUREIRO, Carlos Frederico Bernardo; ANELLO, Lucia de Fatima Socoowski de. Vivências em educação ambiental em unidades de conservação: caminhantes na trilha da mudança. **REMEA-Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental** v. 30, p. 83 – 101, 2013.

ZULAUF, Werner Eugênio. O meio ambiente e o futuro. **Estudos avançados**, v. 14, n. 39, p. 85-100, 2000.

Submetido em: 29-04-2021

Publicado em: 15-08-2022